



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



*HABEAS CORPUS* Nº 197754-0 – Jaboatão dos Guararapes (Vara do Tribunal do Júri)  
IMPETRANTE: O Bel. José Bráulio de Oliveira Bezerra  
PACIENTE: Rogério João Teixeira  
ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal  
RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins  
PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

037

5529

**EMENTA:** Penal e Processual Penal. *Habeas Corpus* Liberatório. Homicídios Qualificados e Formação de Quadrilha. Prisão Preventiva. Alegação de Excesso de Prazo na Formação da Culpa, com o Fito do Relaxamento da Construção Cautelar. Ação Penal Complexa, com Pluralidade de Réus, Defensores Diferentes, Três Vítimas, e com Trâmite ainda no Sítio da Razoabilidade. Constrangimento Ilegal Inexistente, por Agora. *Habeas Corpus* denegado. 1. Sendo visível que o feito criminal é complexo, apresenta pluralidade de réus (10) com defensores distintos, três vítimas, citação de um dos acusados por precatória em outra unidade federativa e, ainda, com fluxo na seara da razoabilidade, não colhe, por enquanto, o argumento de coação extralegal por ultrapassagem injustificável de prazo. Incidência concomitante da Súmula 64 do Superior Tribunal de Justiça 2. Ordem denegada. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

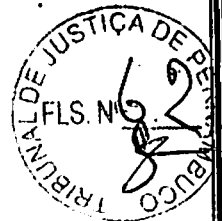
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* n.º 197754-0, da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, em que figuram como partes as acima referidas. Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 12/01/2010, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta da ementa e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 12 de fevereiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



HABEAS CORPUS Nº 197754-0 – Jaboatão dos Guararapes (Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: O Bel. José Bráulio de Oliveira Bezerra

PACIENTE: Rogério João Teixeira

038

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

### RELATÓRIO

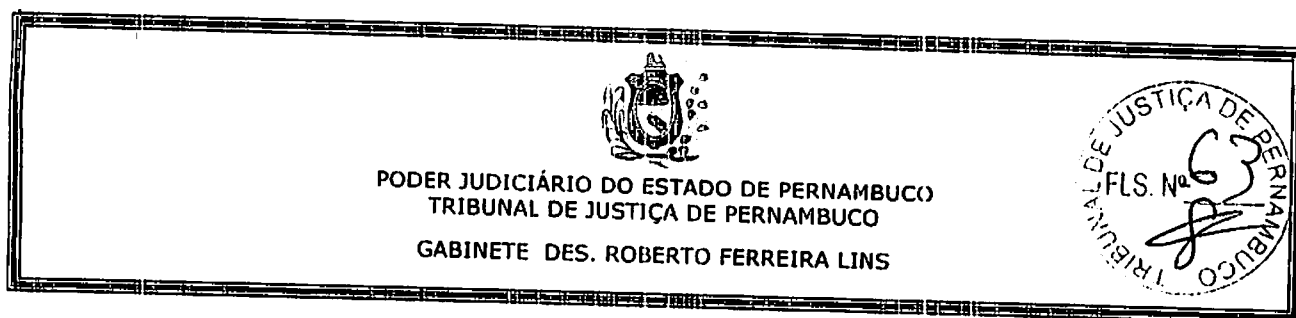
O Bel. José Bráulio de Oliveira Bezerra, através da peça de fls. 02 a 08, impetrou *habeas corpus* liberatório, com pretensão de liminar, em favor de Rogério João Teixeira, preso cautelarmente em 01.05.2008 e denunciado sob a acusação da prática dos delitos previstos nos artigos 121, § 2º, incisos I e IV, c/c os arts. 29 e 70, e 288, parágrafo único, do Código Penal, com as considerações do art. 8º da Lei nº 8.072/90, por suposto homicídio de Dayvson Diego de Freitas, Paulo Roberto de Barros Martins e Valquírio Ângelo da Silva, apontando como autoridade coatora a Exmª Srª. Juíza da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes.

Objetiva o impetrante, em suma, o relaxamento da coarctação cautelar do paciente, ao argumento da ocorrência de coação ilegal por excesso injustificável de prazo na formação da culpa, enfatizando que o enfocado Rogério João Teixeira está encarcerado há mais 16 (dezesesseis) meses, sem que sequer tenha sido ouvido pela autoridade impetrada.

Indeferida a pretensão de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 48 a 50, esclarecendo, de início, que o paciente foi denunciado, juntamente com mais 09 (nove) pessoas, sendo ao mesmo atribuída conduta tipificada no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 70, e 288, parágrafo único, do Código Penal, com as considerações do artigo 8º da Lei 8.072/90, c/c a Lei 11.464/07, em razão do assassinato de Dayvson Diego de Freitas, Paulo Roberto de Barros Martins e Valquírio Ângelo da Silva.

Adiu que o paciente foi preso quando da deflagração de uma operação policial no bairro de Cavaleiro, que visou cumprir mandados de prisão expedidos, sendo a base das investigações telefônicas devidamente autorizadas pela Justiça.

Referiu que, com o recebimento da denúncia, foi decretada, em 14 de julho de 2008, a prisão preventiva de todos os acusados, salientando que a correspondente ação penal de nº 222.2008.003373-1 apresenta pluralidade de réus e é marcada por complexidade diferenciada dos demais processos em curso naquela Vara Privativa, contando seis volumes e muitos incidentes resolvidos isoladamente, inclusive degravação das ligações interceptadas e diligência citatória em outra unidade da federação, tendo sido designada a audiência de instrução e julgamento, que não foi realizada tendo em vista a não apresentação, pela Seres, dos acusados presos, pelo que estão sendo tomadas todas as medidas para a redesignação da



sessão de instrução e julgamento.

039

A Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal, através do parecer de fls. 55 a 57, opinou pela denegação da ordem, por entender que a dilação até agora verificada é justificada em face da indiscutível complexidade do feito, indicada pela pluralidade de réus, assistidos - ao que se infere - por advogados distintos, pela necessidade de citação por edital de alguns acusados, pela exigência de expedição de carta precatória para a citação de um dos acusados, preso no Estado de Santa Catarina, pela ocorrência de contratempo do ajuizamento de diversos pedidos de liberdade provisória, a exigir a prévia manifestação do Ministério Público e a apreciação do julgador, de acordo com os esclarecimentos prestados pela togada monocrática.

Ressaltou que o paciente e dois corréus também concorreram para o retardo da marcha processual, ao não apresentarem defesa preliminar no prazo legal, conquanto devidamente citados, demandando a nomeação de defensor público para a finalidade.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



*HABEAS CORPUS* Nº197754-0 – Jaboatão dos Guararapes (Vara do Tribunal do Júri)

IMPETRANTE: O Bel. José Bráulio de Oliveira Bezerra

PACIENTE: Rogério João Teixeira

040

ÓRGÃO JULGADOR: Primeira Câmara Criminal

RELATOR: Des. Roberto Ferreira Lins

PROCURADOR: Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa

---

VOTO

---

Senhores Desembargadores, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

A presente postulação mandamental, que tem finca na asserção de que o paciente Rogério João Teixeira, preso desde o dia 01 de maio de 2008, está sofrendo coação ilegal por excesso injustificável de prazo para a formação da culpa, malgrado a pertinácia do ilustre impetrante, não está, no âmbito do hoje, está merecer acolhimento, como será adiante demonstrado.

Em primeiro lugar, não posso deixar de enfatizar que a exordial de fls. 02 a 08 não faz qualquer menção – o que é compreensível – ao número de réus (10 réus) denunciados na ação penal de 222.2008.003373-1, catalisadora deste *Writ*, na qual o paciente figura como incurso nas sanções dos artigos 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 70, e 283, parágrafo único, do Código Penal, com as considerações do art. 8º da Lei nº 8.072/90, c/c a Lei nº 11.464/07, com fluxo perante a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que exhibe como vítimas Dayvson Diego de Freitas, Paulo Roberto de Barros Martins e Valquírio Ângelo da Silva.

Nessa toada, a Juíza Presidente do feito, nas informações de fls. 48 a 50, trouxe a lume a complexidade da ação penal ensejadora deste *mandamus*, marcada efetivamente pela pluralidade de réus, com defensores distintos, contando, atualmente seis (6) volumes, com a demora do paciente e dos acusados Edilson Cosmo dos Santos e Eduardo Cosmo da Silva na apresentação das defesas preliminares, citação de um dos acusados, por carta precatória, em outra unidade da federação, citações editalícias, diversos incidentes, inclusive pleitos de liberdade provisória, exigindo decisões isoladas, assim como, em suma, a não apresentação dos imputados presos pela SERES para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 08 de dezembro de 2009.

Cuida-se, na verdade, repise-se, de ação penal que envolve dez (10) réus com defensores diferentes, três homicídios e formação de quadrilha, trazendo à baila um caso efetivamente implexo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS

041



Essas minudências, aliadas à convicção de que a autoridade impetrada vem tentando, consoante bem detalhou nas informações, conferir curso expedito à ação penal, arredam, no atual estágio, a cogitação do reconhecimento pelo Tribunal de coação ilegal por excesso injustificável de prazo, haja vista que a ação penal em comento é de acentuada complexidade, abarca, realmente, dez (10) imputados com Defensores diversos, oito (8) testemunhas arroladas pelo Ministério Público, degravação de interceptações telefônicas, atraso na apresentação das alegações preliminares pelo próprio paciente e por outros dois denunciados, citação por carta precatória em outra unidade federativa e múltiplos pedidos de liberdade provisória, exigindo decisões reiteradas, num somatório que aponta para a inferência de que o fluxo processual ainda se encontra no sítio da razoabilidade, sobretudo porque é consabido que o prazo estabelecido para a conclusão da instrução criminal não é absoluto.

Nessa linha de pensamento, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já pacificou o seguinte posicionamento:

***"Hipótese que trata de processo criminal complexo, em virtude da pluralidade de réus (oito) e testemunhas a serem ouvidas, e da gravidade dos crimes apurados, o que demanda maior lapso temporal para sua conclusão.***

***Por aplicação do Princípio da Razoabilidade, inexistente constrangimento ilegal quando o trâmite é regular e a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público. Precedentes do STJ.***

***O prazo de 81 dias para a conclusão da instrução criminal não é absoluto. Precedente.***

***O constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada.***

***Ordem denegada" (HC 47401/PE, Rel. Min. Gilson Dipp, Quinta Turma, J. 13.12.2005, DJ 01.02.2006, p. 583).***

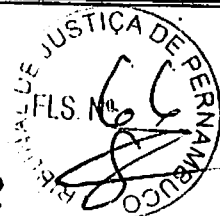
E ainda:

***"Tem-se como justificada eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, em hipótese de feito complexo, em razão da pluralidade de réus e da necessidade de expedição de cartas precatórias para interrogatório de outro réu, que se encontra em Comarca diversa, porquanto, à luz do princípio da razoabilidade, os rigores temporais estabelecidos em lei devem ser mitigados. Precedentes do STJ" (HC 64509/CE, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, J. 16.10.2007, DJ 05.11.2007, p. 301).***

Impossível, destarte, no atual estágio, o acolhimento da pretendida relaxação da prisão cautelar do paciente, até porque ele contribuiu para a dilação até agora constatada, não apresentando defesa preliminar apesar de devidamente citado, levando o Juízo, como bem ressaltou a Procuradoria de Justiça, a nomear Defensor Dativo para a finalidade, constatação que autoriza a incidência, na espécie, da Súmula 64 do Superior Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ROBERTO FERREIRA LINS



042

Feitas essas singelas reflexões, voto, sem hesitação, no sentido da denegação da ordem, persuadido que me encontro de que não está a ocorrer, por agora, o anunciado excesso injustificável de prazo para a formação da culpa do paciente.

Sugiro à Câmara a providência de remessa de ofício à Juíza da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, para continue a priorizar o julgamento da ação penal de nº 222.2008.003373-1.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator